



# a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 142 NÚMERO 3088 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
MARÇO 2021 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



POLÍTICA

## Como se tempera o aço. O PCP nasceu há cem anos

Foi a 6 de março de 1921 que nasceu o Partido Comunista Português. Esteve na clandestinidade quase metade da sua existência, encabeçou a resistência contra o fascismo e foi um dos principais protago-

nistas da revolução de Abril. Hoje, continua a ser um partido imprescindível na defesa dos interesses dos trabalhadores e que carrega no seu ADN um projeto revolucionário. **pág. 5**



## Trabalhadores contestam governo

Milhares de trabalhadores saíram às ruas em protesto no dia 25 de fevereiro numa jornada de luta convocada pela CGTP-IN. De acordo com a central sindical, os efeitos das medidas desequilibradas que o governo avançou para responder aos problemas económicos e sociais causados pelo surto epidémico, “não responderam às necessidades” e “fragilizaram” ainda mais a situação. **pág. 11**



## Junta de Arroios limita miradouro

A Junta de Arroios renovou e aumentou o gradeamento de parte das laterais da escadaria de acesso ao miradouro do Monte Agudo pela Rua da Ilha do Príncipe. O objetivo será melhorar as condições de vedação do espaço, por forma a “evitar comportamentos desviantes e inibir a prática de atos ilícitos”, justifica a autarquia. Mas a obra não foi bem recebida por todos. **pág. 10**



ENTREVISTA

## Jerónimo de Sousa

“A fábrica esperava-nos”, descreve, ao falar da sua geração, o secretário-geral do PCP, operário metalúrgico que começou a trabalhar aos 14 anos. Ao falar do partido a que aderiu em 1974, defende que a organização comunista carrega um projeto de futuro sem esquecer as gerações e as lutas que a ergueram. **págs. 6 e 7**



DIA DA MULHER

## Sandra Benfica

A dirigente do Movimento Democrático de Mulheres conversou com *A Voz do Operário* sobre a luta contra a discriminação, pela emancipação e pela igualdade na lei e na vida. **págs. 8 e 9**



## Artistas solidários com rapper preso

Multiplicam-se protestos em toda a Espanha, e até em Portugal, pela libertação do rapper Pablo Hasél, condenado a nove meses de prisão, e centenas de artistas portugueses somaram-se a esta luta pela liberdade de expressão. O caso do músico não é caso único. Em 2018, o rapper Valtònyx teve de fugir para a Bélgica para não cumprir uma pena de três anos de prisão. **pág. 14**

## Novo confinamento e a resposta d'A Voz do Operário

Manuel Figueiredo,  
Presidente da Direção

Encontramo-nos de novo em confinamento. A evolução da situação epidemiológica acarreta um conjunto muito significativo de problemas sanitários, económicos e sociais.

À resposta imperativa no plano da saúde pública, acresce a necessidade de minimizar as consequências ao nível da atividade económica, bem como dos problemas sociais inerentes, não podendo a epidemia ser pretexto para o aumento da exploração e a redução de direitos.

A realidade que se vive no nosso País exige medidas excecionais de proteção da saúde e da vida, devendo proceder-se ao significativo reforço do programa de vacinação. Face à falta de cumprimento de fornecimento de vacinas, há que decidir, em nome dos interesses nacionais e do povo português, a aquisição de outras vacinas já autorizadas pela OMS, ultrapassando resistências políticas e não ficando refém de decisões da União Europeia, comprometida que está com os grandes grupos farmacêuticos que olham para a produção das vacinas como um grande negócio e não como um bem público.

Por outro lado, exige-se a concretização por parte do Governo das medidas inscritas no Orçamento do Estado no que respeita ao reforço do Serviço Nacional de Saúde, que apontam para a contratação de milhares de profissionais em falta, para o aumento da capacidade de internamento, particularmente na área dos cuidados intensivos, medidas que são decisivas para a resposta não só à Covid-19, mas para a urgente recuperação dos atrasos e o regresso à normalidade na atividade do SNS.

Também no plano social é urgente adotar medidas de apoio às famílias para que os seus rendimentos não sejam reduzidos.

A conjuntura que atravessamos é particular difícil para aqueles que vivem do rendimento do seu trabalho. A Voz do Operário encara esta situação com grande apreensão e enquanto Instituição de Solidariedade Social, vem desenvolvendo um grande esforço para que o impacto quer nos utentes, quer nos seus trabalhadores seja o menor possível.

Encontrando-se de novo suspensa a atividade letiva presencial, tudo estamos a fazer para que as nossas crianças, nos vários níveis de ensino, continuem a ser

acompanhadas. Nesse sentido, foram implementadas estratégias tendo em vista o apoio às famílias e o acompanhamento dos alunos através da apresentação de propostas de trabalho, tarefas, etc. procurando minimizar as dificuldades do ensino à distância, reproduzindo tanto quanto possível as dinâmicas de sala e tentando garantir que o percurso e progresso de cada criança na construção individual do currículo seja o menos possível afetado.

Procedemos ao empréstimo de equipamentos para as crianças que os não tinham, para que ninguém fique de fora.

Apesar das dificuldades inerentes a esta situação (nada pode substituir a riqueza, a todos os níveis, do ensino presencial), temos recebido rasgados elogios à forma como estamos a acompanhar as crianças.

Por outro lado, mantemos em pleno as atividades de apoio domiciliário que prestamos na Graça e no Laranjeiro, reforçamos a atividade do nosso refeitório social, que serve agora diariamente cerca de quatro centenas de refeições, ao mesmo tempo que continuamos a levar a refeição a casa dos nossos utentes do Centro de Convívio.

O nosso equipamento do Lavradio continua em funcionamento, agora para acolher os filhos daqueles que desenvolvem funções essenciais.

Reiteramos o nosso objetivo de que os trabalhadores d'A Voz do Operário mantenham o seu vencimento na íntegra, tendo para isso recorrido de novo ao lay-off simplificado, como forma de compensar a perda de receitas.

Fundada por operários no seio da luta contra a exploração e com uma rica história na defesa das causas dos trabalhadores, A Voz do Operário não pode deixar de saudar calorosamente o Partido Comunista Português, que no próximo dia 6 de março comemora 100 anos de existência. São 100 anos de reconhecida luta heroica contra a exploração, em prol dos trabalhadores e do povo, pela liberdade e pela democracia, mesmo com o sacrifício da própria vida de muitos dos seus militantes.

Na luta por uma vida melhor, é bom contarmos com organizações como o PCP, a quem formulamos votos de grande êxito no prosseguimento da defesa das causas dos trabalhadores e do povo e na concretização de uma sociedade sem exploração.

### EDITORIAL

## Uma força imprescindível

O Partido Comunista Português é criação heróica da classe operária que com ela escreveu inesquecíveis páginas da memória das lutas de gerações e gerações de trabalhadores. Foi há cem anos, a 6 de Março de 1921, que mulheres e homens decidiram fundar uma organização que olhou com admiração para a gesta dos *comunards* que ousaram assaltar os céus na Comuna de Paris e dos bolcheviques na Rússia. Quase metade da sua história foi passada na clandestinidade, com militantes presos, torturados e assassinados, com a coragem desmedida de quem preferiu desafiar a morte a submeter-se ao silêncio obediente da longa noite fascista.

Só um partido enraizado nos trabalhadores e no povo podia ter resistido à ditadura que mais tempo durou na Europa. Foi o único que sobreviveu e foi protagonista da revolução de Abril, à qual dedicou as suas forças na consolidação de uma democracia participativa com justiça social. Independentemente da posição que cada um possa ter em relação ao PCP, é um partido que vai muito para além da sua força eleitoral com reconhecido trabalho dos seus militantes nos sindicatos, nas associações e coletividades e nas instituições.

Cem anos depois, os comunistas continuam a encabeçar um projeto que honra os princípios pelo qual se fundou o PCP. A defesa dos trabalhadores tem neste partido uma voz imprescindível que merece o respeito de todos os progressistas e democratas.

O 8 de Março é outra data que importa assinalar por tudo o que já se conquistou e pelo que ainda falta conquistar. O Dia Internacional da Mulher é o dia em que se assinala a luta para que se acabe com todas as formas de discriminação sobre as nossas mães, filhas, companheiras e colegas de trabalho. A exploração laboral, as diferenças salariais, o desrespeito pela vida sexual e reprodutiva e a violência exercida sobre as mulheres é uma realidade que urge erradicar. Não é um dia de festa, é um dia de luta.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**REDAÇÃO PRINCIPAL** Bruno Amaral de Carvalho  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Luís Carvalho, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 3.500 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



## ESCOLAS

# Proximidade e confiança: construindo a relação entre a Creche e a Família



“N’A Voz do Operário, vemos a criança como nosso semelhante, como um ser competente.”

**Patrícia Patacas**, Educadora  
**Sofia Linhares**, Educadora  
**Tatiana Ferreirim**, Psicóloga

Em Portugal, o Sistema Educativo não prevê que as creches façam parte integrante do processo da educação de uma criança, considerando que “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.” Não sendo obrigatória, ainda hoje há crianças que apenas têm este contacto aos cinco anos, ano anterior à entrada na escolaridade obrigatória.

N’A Voz do Operário, consideramos que é na Creche que se dá o início de todo o processo educativo da criança, sendo urgente repensar e refletir sobre a visão atual desta valência, imprescindível a vários níveis na nossa sociedade.

Do ponto de vista da criança, o primeiro momento de separação da família pode não ser fácil, mas é certamente compensador à medida que vai crescendo. Todas as crianças precisam de brincar e socializar com pares com diferentes experiências de vida, contando, assim, com a oportunidade de aprender sobre si e sobre os outros à sua volta.

Do ponto de vista das famílias, deixar uma criança tão pequena ao cuidado de outras pessoas pode também trazer dor e momentos angustiantes, associados a medos e dúvidas, devido à ligação intensa nos primeiros meses de vida do bebé. Mas é também uma neces-

sidade social, já que os pais têm de trabalhar e muitas vezes não têm o suporte de uma rede social que possa ficar com as crianças.

O momento da primeira conversa entre a família e o educador, bem como a forma como a separação é planeada, é fulcral para que a adaptação da criança e da sua família à escola e aos educadores decorra de forma calma e tranquila para todos os intervenientes.

Quando falamos em Creche, temos de ter em conta a faixa etária - crianças muito pequenas, com idades compreendidas entre os 3 meses e 3 anos, cuja comunicação oral está em pleno desenvolvimento. O olhar atento e reflexivo dos adultos é fundamental para ajudar a verbalizar sentimentos, vontades, interesses e curiosidades das crianças, mas também para securizar as famílias que deixam as suas crianças em segurança. Por isso, é tão importante a boa comunicação e partilha entre adultos. É essencial conhecer o contexto e a história das famílias e das crianças com quem trabalhamos, para que possamos adequar o nosso comportamento a cada uma delas, valorizando e respeitando a diferença, destacando o isomorfismo pedagógico, característico do Movimento da Escola Moderna. Enquanto Creche, importa-nos que a família seja um elemento ativo em todo o processo educativo, para que se possam estabelecer assim, relações de confiança e de proximidade entre todos os membros da comunidade educativa. E é assente nestes pilares que promovem a cooperação, a partilha e a entreatuda que a Creche se constrói como um lugar de afetos que valoriza a rotina, os hábitos, os gostos e interesses de cada criança e de cada família, fazendo parte do seu papel construir um lugar comum a todos.

N’A Voz do Operário, vemos a criança como nosso semelhante, como um ser competente, sendo a sua voz es-

sencial na afirmação do protagonismo e cidadania, bem como no seu processo educativo.

A prática pedagógica do educador em Creche deve integrar o incentivo da participação e envolvimento das famílias no decorrer do dia a dia. Acreditamos que apenas com uma relação próxima entre a Creche e a família, se conseguem construir circuitos de comunicação que facilitem a troca de informações essenciais ao desenvolvimento das crianças.

Acreditamos ainda, que o envolvimento da família na vida do grupo enriquece o ambiente educativo que nele se vive. A vinda das famílias à sala para fazer uma atividade, participar num evento ou colaborar nas dinâmicas da rotina diária, constitui uma forma de aproximação não só da família ao ambiente escolar, como da família a todo o grupo e a cada criança individualmente, permitindo assim que crianças e adultos construam relações fortes e seguras.

Do ponto de vista da criança, ter um familiar na sala é um momento importante não só a nível emocional, ao sentir a sua individualidade valorizada, como também a nível social, tendo a oportunidade de se sentir cada vez mais segura no contexto educativo, uma vez que as pessoas que lhe são mais próximas (pais, tios, avós, irmãos), demonstram confiar naquele espaço e naquelas pessoas.

## Relação de proximidade e confiança durante o confinamento

Na conjuntura atual, acreditamos que é urgente manter-nos fiéis aos nossos princípios e valores, priorizando os interesses e necessidades das crianças e das suas famílias.

Assim, a nossa prática pedagógica durante o período de confinamento, continua a basear-se na escuta ativa e na flexibilidade, de modo a respeitar a individualidade de cada criança, bem como da sua dinâmica familiar, tendo como principal objetivo a proximidade e acompanhamento de todos.

Através de diversas plataformas digitais, educadores e famílias combinam encontros diários (equipa pedagógica-crianças-famílias e equipa pedagógica-famílias), em dinâmicas diversas que abrangem grandes grupos, pequenos grupos e acompanhamentos individuais. Durante estes momentos surgem partilhas de interesses e de necessidades, possibilitando ao educador não só o acompanhamento do desenvolvimento da criança, bem como a sugestão de diferentes estratégias que possam ser integradas nas dinâmicas familiares.

Embora não possamos estar fisicamente juntos, a participação e o envolvimento das famílias, bem como a partilha de dinâmicas familiares, continuam a ser um mote para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, podendo, desta forma, um interesse individual tornar-se num interesse do coletivo.

Continuamos juntos e a trabalhar em parceria, para benefício daquelas que serão sempre a nossa prioridade: as crianças.

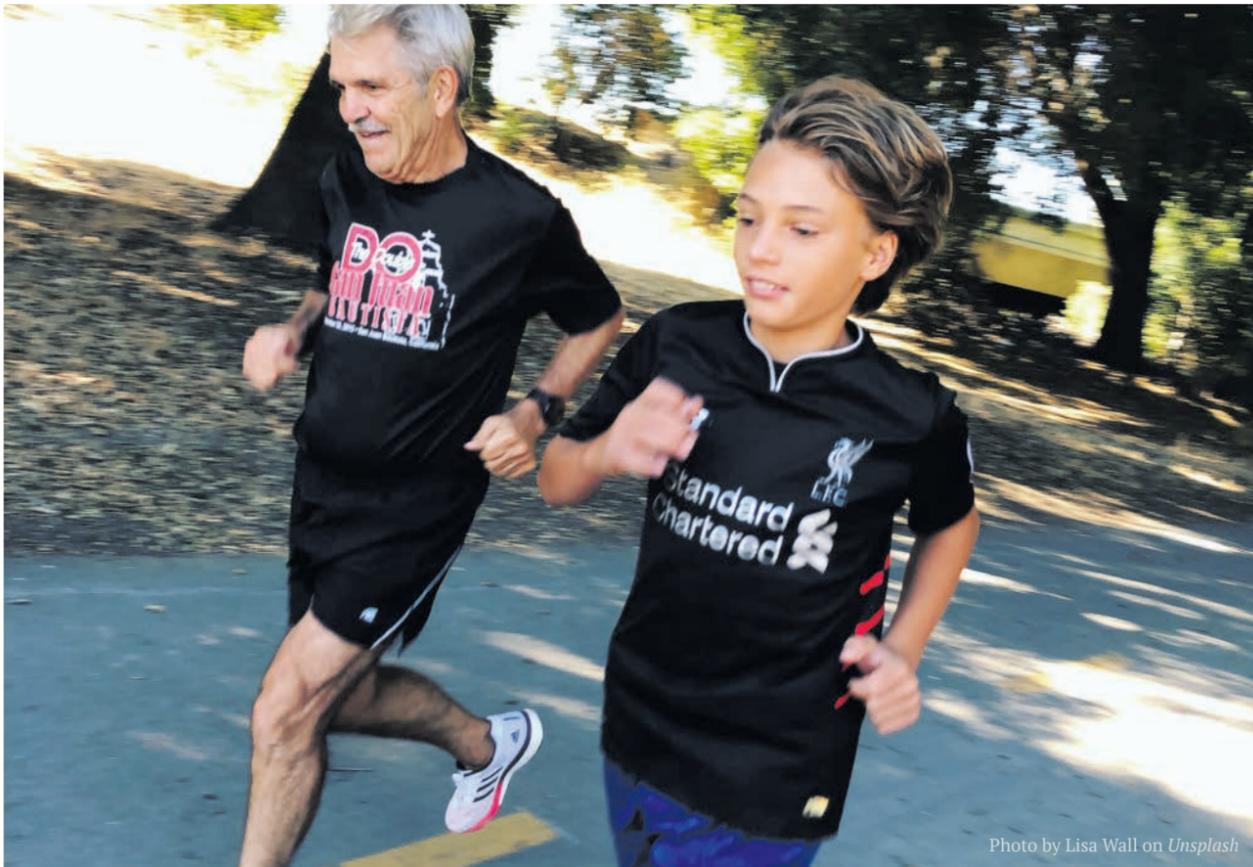


Photo by Lisa Wall on Unsplash

# COVIDizer que Saúde é igual a...

Um estado completo de bem-estar físico, psicológico e social.

**João Lourenço**, membro da direcção d'A Voz do Operário

É este o conceito de saúde que, desde 1948, continua presente na constituição da Organização Mundial de Saúde, procurando abolir a ideia reducionista de que um estado considerado saudável resulta, tão-somente e só, da ausência de doença ou enfermidade. Independentemente das críticas à actual definição, fundadas na palavra “completo” e em questões de natureza ideológica, cultural, política e/ou económica, o que é facto é que não se pode dizer que alguém é saudável sem ser portador, de forma equilibrada, de qualquer um daqueles três factores. Funcionando de forma integrada no nosso quotidiano diário, interagem e determinam a nossa qualidade de vida.

A pandemia que vivemos actualmente vem condicionando, de forma dramática, os três factores atrás enunciados e, conseqüentemente, o nosso bem-estar. As medidas políticas alicerçadas em longos períodos de confinamento nas nossas casas, no uso permanente de máscara e a privação de momentos de socialização, associadas aos diferentes níveis de medo das populações de contágio pelo vírus, tem-nos levado a um “isolamento profilático” com um impacto, do ponto de vista social, devastador, não só pelo aumento dos índices de morbilidade por razões não Covid, mas essencialmente pelos efeitos no estado de saúde das populações em geral que a privação colectiva de uma vida “dita” normal tem causado.

Todos sem excepção nos vemos afectados na nossa saúde por esta pandemia. E há duas populações que

têm sofrido mais com todo este flagelo: as nossas crianças e jovens e os nossos seniores, principalmente os que têm mobilidade reduzida e com pouca ou nenhuma autonomia. Os primeiros pela privação de uma infância e adolescência “normal”, com os devidos e mais que fundamentais momentos de socialização entre pares, com risos, abraços e beijos sem máscara, os momentos alargados de partilha em família, bem como toda a atividade (física) diária que este processo de desenvolvimento e maturação obriga e tem por inerência; os segundos, por serem população de risco, com os elevados receios de contágio e morte, vêem-se privados das relações familiares e sociais, numa altura das nossas vidas em que estas ganham uma importância redobrada e acrescida.

A brutalidade atroz e as marcas profundas deixadas por esta pandemia, pessoal e socialmente, terá um efeito difícil de medir a médio e longo prazo. E o grande desafio para o presente e futuro próximos será garantir maiores índices de saúde das várias populações em geral (relembrando, bem-estar físico, psicológico e social), protegendo-as para o efeito que esta e outras pandemias poderão ter, antecipando cenários semelhantes.

## A Vacina da Saúde – desafios para Portugal

Contrariando aquilo que (não) se vem fazendo desde sempre, é absolutamente necessário que Portugal implemente uma estratégia preventiva consistente, de médio e longo prazo, relativa à Saúde das suas populações. Do ponto de vista estritamente físico, o papel

que a alimentação assume no combate a este e outros flagelos é crucial. Mas o foco da estratégia não pode de forma alguma esgotar-se na importância que o “físico” comprovadamente tem, menosprezando os restantes elementos da equação da saúde como estruturantes na sustentabilidade e durabilidade dos vários sistemas do corpo humano. A estratégia a assumir só será eficaz se houver uma linha de actuação combinada de combate ao sedentarismo e ao isolamento. Se estes se mantiverem, aumentarem ou não existirem processos de socialização fortes, essenciais à existência humana, de pouco ou mesmo nada serve o tipo de estratégia que queiramos adoptar.

Se assumirmos um ponto de vista mais holístico (físico, psicológico e social), a prática regular e sistemática de atividade física assume um papel estruturante em toda esta questão. Porque comprovadamente é o antídoto que influencia, de forma directa e integrada, o nosso bem-estar naqueles três domínios, contribuindo decisivamente para a nossa saúde.

Mas com a pandemia, fechou-se o País ao Desporto. Foram interditados os espaços desportivos que possibilitavam esta prática, bem como cancelados treinos e competições de toda a formação desportiva júnior, contribuindo ainda mais para agudizar problemas relacionados com a saúde. Mediante esta medida política, foram vários os que procuraram alternativas em suas casas e ao ar livre. Foi interessante ver muitos daqueles que, sem hábitos de prática de atividade física, foram buscar a indumentária desportiva ao baú (ou adquiriram nova, alguns com aquisições uns números acima do que vestiam nos tempos que, eventualmente, praticavam regularmente) e aproveitaram a excepção que o confinamento lhes permitia de poderem sair de suas casas para os chamados “passeios higiénicos” e para prática desportiva. Contudo, importa agora perguntar: que consistência, para estes, terá esta prática depois da pandemia? Como agarrá-la e fixá-la nos hábitos da população em geral? É nestas, e noutras questões, que se deve alicerçar a inevitável reflexão na sociedade portuguesa de tudo o que nos envolveu nestes últimos tempos, as medidas tomadas e o seu impacto, bem como a definição do rumo a seguir no âmbito das políticas sociais e de saúde. E a atividade física terá que estar o centro desta reflexão.

## E para a Voz do Operário?

A Voz do Operário, no âmbito do excelente trabalho que faz a nível educativo e da solidariedade social, terá que reflectir sobre toda esta conjuntura e definir onde e como pautará “o seu processo de vacinação” contra o vírus do sedentarismo e do isolamento. As duas populações identificadas como as que mais que se encontram a sofrer com a situação pandémica deverão estar na linha da frente ao nível deste processo e de toda a projecção da sua intervenção. Através da escola, apostar em estratégias educativas que levem as nossas crianças e jovens a comer melhor e a praticar com qualidade, de forma massiva e regular, actividade física e desportiva, seja no âmbito curricular (Educação Física), seja no de complemento e extracurricular, de preferência em equipa. Já em relação à população senior, é por demais importante oferecer um conjunto de actividades de grupo que possibilitem, física, psicológica e socialmente, a promoção de estilos de vida cada vez mais activos, contribuindo assim para a essencial qualidade de vida que esta população tanto necessita.

## CENTENÁRIO PCP



Conferência Nacional do PCP em 1976.

# Como se tempera o aço

Um século a construir o futuro com o PCP

**Bruno Amaral de Carvalho**

Portugal era um barril de pólvora. A participação na primeira guerra mundial afundou o país numa grave crise económica e social. Então, o anarco-sindicalismo era o que de mais avançado havia no seio da classe operária. Através do movimento sindical, os trabalhadores desencadearam uma vaga de greves para conter o aumento da exploração e a degradação das condições de vida.

Com o apoio da União Operária Nacional, cresceram os protestos e, no calor dessas lutas, a classe operária conquistou, finalmente, a histórica vitória da jornada de 8 horas de trabalho para comércio e indústria. Em setembro de 1919, as organizações sindicais deram um novo passo para o reforço da sua unidade e fundaram a Confederação Geral do Trabalho (CGT), que chegaria às dezenas de milhares de membros.

Contudo, em 1917, a Rússia foi o epicentro de um terramoto político que havia de marcar a história do proletariado. Depois da Comuna de Paris, em 1871, a revolução socialista de Outubro e a criação do primeiro Estado operário mostraram que era possível através da experiência dos revolucionários russos alcançar o poder.

Também em Portugal, como noutros países, surgiu um movimento de apoio à causa bolchevique. Criaram-se círculos de estudo e divulgação das ideias que chegavam do outro lado da Europa. Em abril de 1919, foi fundada a Federação Maximalista Portuguesa, antes Soviet de Propaganda Social, que passou a editar o semanário *Bandeira Vermelha*. Só no distrito de Lisboa havia 29 núcleos desta organização.

Em novembro do ano seguinte, realizaram-se várias reuniões nas sedes de alguns sindicatos, com o objetivo de criar uma estrutura que fosse a vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa.

A prova de fogo do futuro Partido Comunista Portu-

guês (PCP), começou logo no primeiro encontro da recém formada Comissão Organizadora. Estava marcado para o dia 20 de dezembro de 1920, na sede da Associação dos Caixeiros de Lisboa, na rua António Maria Cardoso. Manuel Ribeiro, diretor do *Bandeira Vermelha*, estava preso já há dois meses e não podia participar na reunião. A presidir os trabalhos, Eduardo Metzner viu como a polícia invadiu o edifício e proibiu o encontro sob a justificação de que os promotores da reunião não possuíam a devida autorização do governador civil e que não podiam ser discutidos assuntos políticos na sede de um sindicato. Apesar da repressão policial, em janeiro e fevereiro de 1921, a Comissão Organizadora elaborou as bases orgânicas deste novo partido.

## Fundação do PCP

Quem está habituado a subir a Rua da Madalena sabe que é uma artéria inclinada. Os operários que subiram esta encosta de Lisboa no dia 6 de março de 1921 estavam a dar os primeiros passos para a fundação de um partido que seria a grande força da resistência ao fascismo, obreiro da revolução de Abril e estandarte do socialismo e da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida. Do lado direito da rua, no nº 225, no 1º andar, um por um, entraram pela porta da sede da Associação dos Empregados de Escritório para celebrar a assembleia que elegeu a primeira direção do Partido Comunista Português. Portugal assistia há precisamente cem anos ao nascimento de uma organização que decidiu levar adiante as ideias dos alemães Marx e Engels e do russo Lênine. Quando faz a sua apresentação pública, o Partido Comunista Português publicou os 21 pontos da Internacional Comunista, que constituem a sua base política, confirmando a sua adesão à constelação revolucionária que despontava em todo o mundo. Ao longo de um século de história, os comunistas portugueses protagonizaram episódios que marcaram de

forma indelével um percurso que se confunde com a história da luta da classe trabalhadora.

## Partido da resistência antifascista e da revolução

Quase metade dos cem anos que os comunistas portugueses agora celebram foram passados na clandestinidade. Logo em 1926, apenas cinco anos após a fundação, quando o partido ainda se estava a erguer e com limitada influência, realiza o seu segundo congresso na Caixa Económica Operária. Comparecem ainda cerca de 100 delegados mas o encontro interrompe os trabalhos porque no dia anterior dá-se o golpe militar que instaurou a ditadura fascista.

Em 1929, o operário Bento Gonçalves torna-se secretário-geral do PCP e dirige uma reorganização para construir um partido de orientação marxista-leninista combatendo concepções anarco-sindicalistas e revirahistas. É durante este período que se dão duras lutas contra a fascização do Estado que assistem à intensificação da repressão fascista com Salazar.

Muitos dirigentes e militantes do partido enchem as prisões e inauguram o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Entre muitos outros, em 1942, é ali que morre, vítima do fascismo, Bento Gonçalves. Durante este período, dá-se uma nova reorganização do partido que o tornaria numa organização nacional determinante nas lutas operárias e camponesas, ganhando prestígio junto dos trabalhadores e intelectuais. É também em 1943 que se dá o terceiro congresso do partido, na clandestinidade, que elege Álvaro Cunhal, José Gregório e Manuel Guedes para o secretariado do Comité Central, com históricos como Pires Jorge, Sérgio Vilariques, Alfredo Dinis e Dias Lourenço.

Quase meio século de crimes contra os comunistas e outros democratas, não puderam acabar com o único partido que sobreviveu à ditadura. Para além dos assassinatos e da tortura, muitos pagaram com a prisão.

É já em 1961, depois da fuga de Peniche de 10 dirigentes do PCP, entre os quais Álvaro Cunhal, que seria eleito secretário-geral, que se traça o caminho para a derrota do fascismo através de um levantamento nacional “com a participação ou neutralização de grande parte das forças militares”. Esta linha, inscrita no relatório do Comité Central, intitulado de Rumo à Vitória, constituiu o farol político dos comunistas até ao derrubamento da ditadura.

As reivindicações operárias e camponesas, também das mulheres, os protestos estudantis e a luta dos povos africanos contra o colonialismo e pela sua independência tiveram a participação e o apoio dos comunistas portugueses que em 1965 anunciaram o Programa para a Revolução Democrática e Nacional, aprovado no sexto congresso.

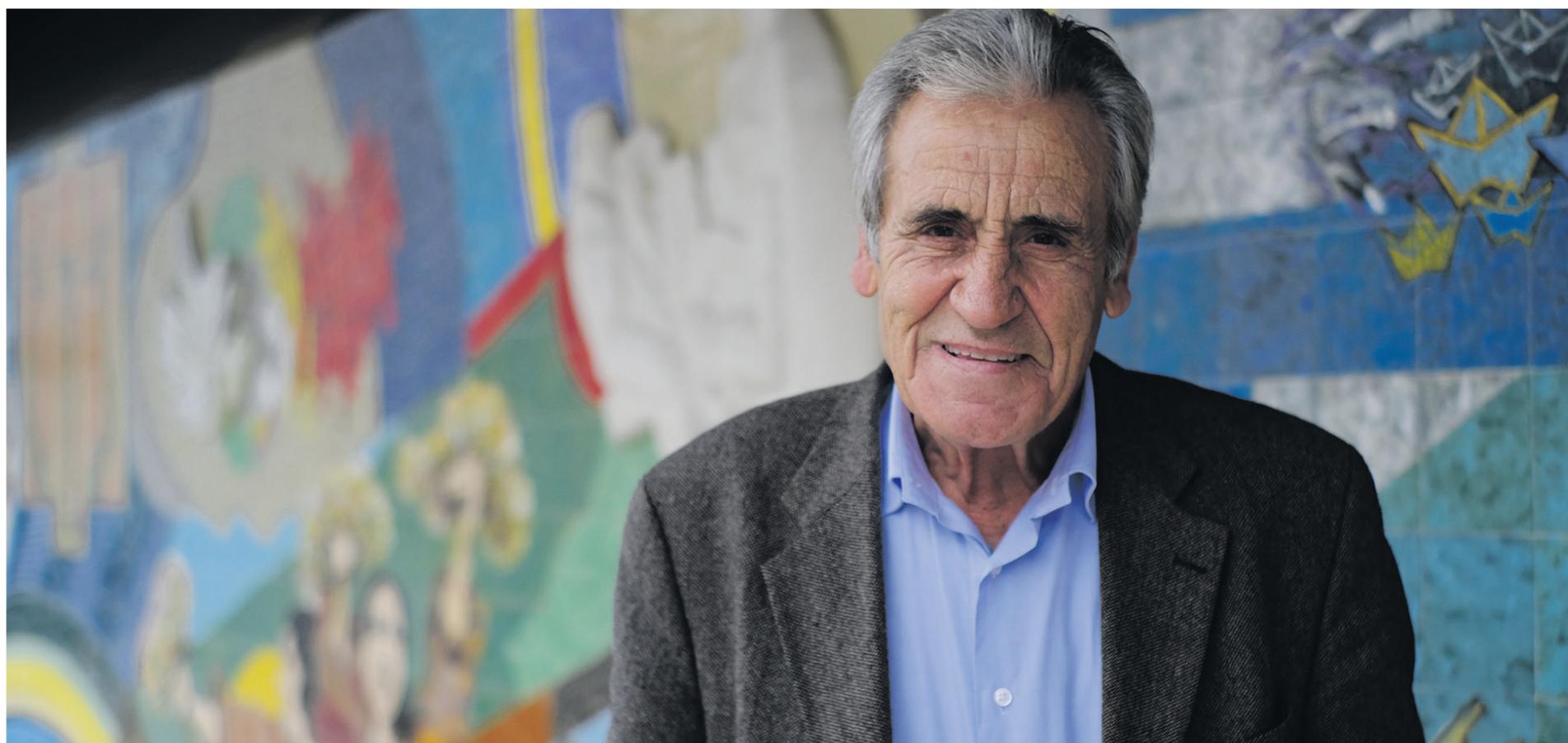
Culminando quase cinco décadas de resistência e luta popular, os capitães do Movimento das Forças Armadas derrubaram o governo fascista e abriram o caminho para conquistas sociais que tiveram a ampla participação dos trabalhadores e do povo. O indiscutível papel do PCP na resistência ao fascismo aumentou exponencialmente o prestígio do partido. Em outubro de 1974, o PCP tinha cerca de 30 mil militantes e em sete meses passa para 100 mil.

Apesar da contra-revolução, a capacidade de resistência, ao lado do movimento operário e popular, fazem dos comunistas, ainda hoje, um dos principais porta-vozes das conquistas sociais, políticas, económicas e culturais do processo revolucionário. Cem anos e muitas gerações depois, o PCP continua a enunciar, como em 1921, o propósito de transformar a sociedade para acabar com a exploração e alcançar uma sociedade de paz, progresso e justiça social.

## POLÍTICA

# “Uma grande força dos trabalhadores”

“A fábrica esperava-nos”, descreve, ao falar da sua geração, Jerónimo de Sousa, operário metalúrgico que começou a trabalhar aos 14 anos. Hoje, secretário-geral do PCP, partido a que aderiu em 1974, defende que a organização comunista carrega um projeto de futuro sem esquecer as gerações e as lutas que a ergueram. A resistência está no ADN do único partido que resistiu aos 48 anos de fascismo e que pretende semear um porvir de justiça social.



**Bruno Amaral de Carvalho**

**Ao longo da história, fosse durante o fascismo, fosse nas últimas décadas, houve quem anunciasse a morte do PCP. O que significa para o partido chegar à marca dos cem anos?**

Sim, é uma longa caminhada. Quantos e quantos vaticínios não se fizeram sobre a morte do PCP, já nessa altura, quando foi obrigado à luta clandestina? Depois, o fascismo situou como inimigo principal o PCP. Com a perseguição, com a violência e o assassinato, muitas vezes liquidando esta e aquela organização...quando conseguiam isso, proclamavam o fim, a morte do PCP. E ao longo de décadas, este partido afirma-se e transforma-se também num partido de resistência antifascista, um partido que assentava a sua luta, os seus objetivos, nas aspirações dos trabalhadores, que colocava no nosso país, nos 48 anos de fascismo, a necessidade de um alargamento de uma base identificada com este grande objetivo. Também aqui um PCP que se assumiu como vanguarda da luta dos tra-

balhadores e que, simultaneamente, foi um grande construtor da unidade antifascista, convocando democratas, patriotas, para essa luta até aos dias de hoje. É impressionante, de facto, ao fim de cem anos, ouvindo hoje os comentadores, que sistematicamente nos grandes órgãos de comunicação social vão anunciando o fim do PCP, porque eles têm a consciência, e não estão enganados, que o grande obstáculo aos seus objetivos de exploração e de repressão encontra sempre uma dificuldade objetiva que é o Partido Comunista Português e a sua luta.

**Fazendo o exercício ao contrário, Portugal seria um país profundamente diferente se em 1921 aqueles jovens, aqueles trabalhadores, não tivessem tomado a decisão de fundar um partido comunista?**

Sim, sem dúvida. A história seria diferente, diferente porque nós estávamos a viver tempos difíceis. A repressão era cada vez maior, a própria guerra depois, a segunda guerra mundial, veio também dar uma contribuição para que essa repressão aumentasse, apesar de o governo de Salazar assumir uma falsa posição de neutralidade, e,

de facto, não teria havido aquele 25 de Abril que houve, em que foi o nosso partido que ao longo de décadas proclamou a necessidade de liberdade, de democracia e de libertação dos trabalhadores da exploração brutal. Poderíamos dizer que a história talvez mais tocante é a forma como o partido resistiu durante o tempo do fascismo mas as páginas mais fascinantes da vida do partido foram escritas depois do 25 de Abril, pelo seu papel, pela sua intervenção. Poderíamos dizer de facto que este partido foi o partido de Abril.

**O Jerónimo foi um jovem operário, cresceu nesse contexto, na cintura industrial de Lisboa. Um delegado de Bragança afirmou no último congresso do PCP que há partido até nos lugares onde não há gente. Parece que o PCP carrega nos ombros a memória de um tempo que foi destruído.**

Em primeiro lugar, o partido de facto estava onde muitas vezes se pensava que não estava mas o António Aleixo dizia que o homem é sempre o produto do meio em que foi criado. Eu nasci na corda industrial, aqui em Lisboa, e

fui muito cedo para a fábrica. Aquele era o nosso destino profissional. Era ser ou serralheiro ou vidreiro ou cerâmico ou químico. A fábrica esperava por nós e nós facilmente contactávamos o partido, por exemplo, através do *Avante!* proibido em que os mais velhos nos davam esse pequeno jornal, às vezes em papel de seda por razões de segurança, em que lendo aquele *Avante!*, conhecíamos as lutas de outras fábricas e as posições do partido.

E é a esse chamamento que eu respondi. Logo em 1972/73, tomámos conta do sindicato dos metalúrgicos derrotando uma lista que o fascismo tinha construído à pressa. Eu tenho na memória uma assembleia geral de metalúrgicos n'A Voz do Operário, em que eram 500 metalúrgicos e 600 polícias, mas era assim que formávamos a nossa consciência sindical. E naturalmente aderíamos ao partido.

O partido contactava connosco, muitas vezes ainda sem um vínculo formal, e apontava-nos o caminho unitário da luta para tomar conta dos sindicatos, conquistar os sindicatos ao fascismo e isso aconteceu, e é exemplo a CGTP-IN que logo se funda em 1971 mas era a luta sindical que nos atraía ao próprio partido e com o 25 de Abril foi o partido que mobilizou os trabalhadores para concretizar objectivos concretos.

Eu lembro-me, em 1974, estávamos a preparar, um grande 1º de Maio no Rossio, se não se tivesse dado o 25 de Abril. Aliás, as forças repressivas já tinham orientações para prender os dirigentes do sindicato dos metalúrgicos no dia 30 de abril. Acabaram eles por ser presos e fez-se aquele grande, grande 1º de Maio com objetivos muito marcantes. Esse 1º de Maio proibido no Rossio tinha como palavras de ordem o direito à greve e o fim à guerra colonial que constituía um anseio profundo de grandes massas. Esse 1º de Maio [legal] demonstrou como se encetou num processo de conquistas de direitos que durante 48 anos foram pura e simplesmente negados, reprimidos, e que levou a que este partido se afirmasse como uma grande força dos trabalhadores.

### Quase cinco décadas depois da revolução de Abril, o que é que faz alguém hoje aderir ao PCP?

As coisas mudaram no plano da ciência e da técnica mas não alterou a natureza das coisas. Um jovem como eu, que fui trabalhar aos 14 anos para metalúrgico — e um metalúrgico fazia a sua carreira profissional, em conformidade com o desenvolvimento da sua própria consciência política e social — e hoje um jovem não vai trabalhar aos 14 anos mas quando ingressa no mercado de trabalho conhece formas de exploração violentíssimas. Com o sistema de precariedade são os jovens que são fundamentalmente atingidos pelos contratos a prazo, pelo período experimental, pelo trabalho de 15 em 15 dias, milhentas formas que o capital encontra para explorar hoje um jovem trabalhador.

Depois, tendo em conta a situação que vivemos e a liquidação sistemática do aparelho produtivo, hoje um jovem sai da escola ou da universidade e descobre que afinal a sua história não é muito diferente, salvo em termos da idade, da violenta exploração a que éramos sujeitos. Não é com uma ferramenta na oficina mas dão-lhe o computador, reconhecem-lhe capacidades nesse plano mas geralmente com salário mínimo nacional, com emprego inseguro.

Esses vínculos precários dificultam a sua organização e unidade com outros trabalhadores. Hoje, um jovem está aqui neste centro de contacto e amanhã está numa empresa ou na administração pública com um vínculo



Álvaro Cunhal em comício do PCP em Beja em 20 de abril de 1975.

precário e sai dali e pode ir para outra empresa. É uma grande insegurança, uma grande volatilidade que faz tardar mais a sua própria consciência social. Nós na fábrica, mesmo antes de Abril, fazíamos plenários para discutir reivindicações, afirmando ali a força da unidade e a força da massa que ali estava a reivindicar.

É uma dificuldade mas não é uma impossibilidade. Por exemplo, há lutas em centros de contactos. São jovens na sua maioria, na luta pelos seus direitos, hoje de uma forma diferente, mas a causa é sempre a mesma e por isso é que este partido é tão necessário. [A revolução de] Abril foi muito atacada, muitas das suas conquistas liquidadas, é verdade, mas os seus valores continuam perenes e presentes. No outro dia, numa escola secundária, falando de Abril, do que foram as conquistas e transformações, um jovem levantou-se e perguntou “porque é que vocês nunca nos contaram isto?” Hoje, olhamos para um livro de história e o 25 de Abril merece uma frase. Houve uma ditadura, um golpe militar e conquistou-se a liberdade, ponto.

### Perante um cenário social e económico que pesa sobre a vida dos trabalhadores e da população qual deve ser a resposta?

Em primeiro lugar, é importante não calar as injustiças que resultam desta situação preocupante em termos de saúde pública e não deixar as pessoas ao abandono porque as consequências, incluindo no plano psicológico e mental para além do plano social de haver milhares e milhares de pessoas que não sabem o que hão de fazer à sua vida, é um problema a que tem de ser dada resposta que o estado de emergência não resolve. Por isso o nosso partido, por exemplo, continua com reivindicações e com propostas na Assembleia da República. Por exemplo, em relação aos trabalhadores em teletrabalho e ao acompanhamento dos filhos o governo não dava resposta e nós tomámos iniciativa. Apresentámos o projeto de lei e travámos uma luta no terreno, realizando iniciativas, ouvindo os pais, ouvindo os trabalhadores nessa situação e, de repente, toda a gente descobriu agora as injustiças que se estão a passar com os trabalhadores em teletrabalho, no acompanhamento familiar. Muitos nem sequer dizem que foi o PCP. Estivemos sozinhos neste combate durante meses. Deu-se um passo adiante, embora insuficiente, mas por mérito do PCP que não baixou a guarda, que não baixou a bandeira e reuniu com muitos pais, muitos trabalhadores e podemos dizer que se conseguiu um largo consenso daqueles que há poucas semanas atrás achavam isto um disparate.

### Logo depois do fim da União Soviética surgiu aquela célebre teoria de que o capitalismo era o fim da história. Entretanto, há inúmeros protestos pelo mundo e também o perigo do crescimento de forças de extrema-direita. Que leitura faz deste contexto em que vivemos?

Em primeiro lugar, confirmou-se que o capitalismo não era o fim da história nem era o fim da humanidade. Aliás, nunca mais vi grandes referências por parte desses teóricos que anunciavam isso. E por uma razão singular, é que enquanto existir exploração, o capitalismo não será o fim da história da humanidade porque mesmo em condições muito difíceis, num quadro complexo de relações de forças, os povos continuam a lutar, os trabalhadores continuam a intervir e a proclamar a necessidade dessa justiça social.

Entretanto, verificamos no nosso país, mas podíamos estar a falar de outros países da Europa, de uma evolução em termos da rearrumação de forças como o Chega e a Iniciativa Liberal, que são meros sucedâneos do PSD e do CDS que procuram explorar as dificuldades, as contradições e os erros do atual governo que, naturalmente, não é difícil. O PS tem dificuldade em assumir uma política que responda aos problemas nacionais. Portanto, essas forças capitalizam o natural descontentamento que existe no plano económico, no plano social, para causas profundamente reacionárias, de forma proclamatória, procurando que o discurso verbal violento atraia pessoas descontentes fazendo ressurgir novamente problemas em relação a povos, a países, a comunidades existentes no nosso país, explorando o que de pior tem o ser humano. E a melhor forma de combater estas forças é responder às necessidades objetivas dos trabalhadores e do povo, se não se responde, naturalmente alguém capitaliza, e quem capitaliza fundamentalmente são essas forças reacionárias, que ainda por cima estão engajadas nesse processo de rearrumação.

### Que papel podem ter os comunistas nessa luta?

Primeiro, é continuar a lutar, a intervir e a propôr para que os problemas sejam resolvidos, esse é o chão mais seguro, que pode impedir esse crescimento, depois também é evidente que é preciso que os democratas e os patriotas se sintam preocupados e procurem dar uma resposta desmascarando o que são essas forças. Como digo, a direita sempre andou por aí.

SANDRA BENFICA

# “O preconceito é um instrumento”

No dia 8 de Março, assinala-se o Dia Internacional da Mulher. Apesar dos avanços conquistados, subsistem muitas formas de discriminação. Sandra Benfica é dirigente do Movimento Democrático de Mulheres e considera que é através da luta que se defendem, se garantem e se cumprem os direitos das mulheres.



Bruno Amaral de Carvalho

**Estamos em 2021 e as mulheres continuam a ser discriminadas. É apenas fruto de preconceitos sociais ou esses preconceitos são consequência de uma discriminação que é instrumental para o sistema em que vivemos?**

Se existe preconceito? Existe, como é evidente. Mas o preconceito não é a raiz dos problemas da discriminação das mulheres. Se quiser, o preconceito é um instrumento e é também uma consequência, da discriminação que é estrutural, da desigualdade que é estrutural. Os problemas fundamentais das mulheres prendem-se ao nível da desigualdade estrutural que existe na sociedade e decorre, naturalmente, daquilo que é a valorização do papel das mulheres na sociedade. E esse papel, particularmente ao nível do trabalho, do seu papel no trabalho, e também nas suas diferentes condições, nomeadamente também a valorização, ou a desvalorização, que se faz da maternidade. E, portanto, depois existe um conjunto

de consequências mas algumas não são consequências, algumas são até muletas que servem, necessariamente, para garantir que as mulheres ficam confinadas nesse estatuto que, naquele período e naquele momento muito em concreto, interessa ou não ao capital.

**Podemos então dizer que a discriminação sobre as mulheres é estrutural?**

É tão estrutural como a discriminação que existe sobre tantos outros grupos. Repare, quando se diz que a desigualdade entre países ricos e entre países pobres se vai acentuando, naturalmente que também entre homens e mulheres se vai acentuando, de acordo com aquilo que são os objetivos do sistema económico. As mulheres não são uma coisa, como costumam ser tratadas, como um grupo à parte, remetidas para o interno feminino. As mulheres são mais de 50% da população, as mulheres contribuem para o desenvolvimento do país, as mulheres, por exemplo, no quadro desta pandemia, estão na linha da frente e que ninguém venha dizer o contrário. São elas que estão nas linhas avançadas, são elas que estão na saúde, são elas que estão na educação, são elas

que estão nos cuidados, são elas que estão na maior parte dos serviços que são considerados absolutamente essenciais e, no entanto, são elas que continuam a ter os salários mais baixos, são elas que continuam a ser discriminadas de uma forma absolutamente aviltante.

**É isso que explica a discriminação salarial?**

Claro, evidente. Aquilo que nos roubam do nosso salário não vai para o salário dos homens [trabalhadores].

**Há quem entenda que haver mais mulheres em cargos de chefia ou em cargos de administração de grandes empresas permitiria esbater essa desigualdade.**

Bom, se nós formos ver em algumas empresas, cujos cargos de topo são ocupados por mulheres, e se formos analisar se isso fez aumentar ou diminuir, neste caso, a discriminação salarial, por exemplo, ou as discriminações indiretas que vezam sobre as mulheres, eu acho que não há nenhuma evidência nesse sentido. Naturalmente que o MDM sempre se bateu, e bate-se, para que

não haja nenhuma discriminação no acesso das mulheres, por exemplo, à carreira, como é óbvio. Mas nós não vemos a participação das mulheres apenas num âmbito de representação política, e neste caso representação política, por exemplo, na Assembleia da República ou nas autarquias, ou nas chefias das multinacionais. A nossa questão de princípio prende-se com a possibilidade, para já, de não haver nenhuma forma institucional de discriminação, como existia de proibição concreta da participação das mulheres em vários espaços da vida, mas a participação das mulheres não se esgota nisto.

As mulheres para participarem precisam de ter condições sociais e económicas para o fazer. Portanto, não nos opomos a uma ideia de que as mulheres têm que ocupar lugares de topo, desde logo na administração pública, mas o que nos preocupa é por que é que as mulheres não os ocupam. E não os ocupam porque há atrasos muito substanciais naquilo que é a capacidade das mulheres progredirem na carreira. Mas vamos lá ver, há quanto tempo é que as carreiras estão congeladas? O problema do congelamento das carreiras é um obstáculo muito sério para que as mulheres possam ocupar lugares de topo e, portanto, isto tem que entrar na esfera daquilo que é a discussão desta matéria, não pode ser um ato isolado.

### **Mas existem desigualdades, também, dentro das paredes de casa.**

Claro, não negamos, é uma evidência. Portanto, as mulheres continuam a ser discriminadas não apenas no quadro do trabalho mas no quadro também da família e no quadro da sociedade.

### **Que consequências é que a pandemia trouxe para a realidade das mulheres?**

Para já, creio que é preciso reconhecer que vivemos tempos muito difíceis, que têm um impacto profundo, a vários níveis, na vida das pessoas. E todos nós enfrentamos profundas tensões, muitas perdas, e muitas delas dolorosas, debatemo-nos, muitas vezes, com a impossibilidade de conciliar aquilo que é a vida profissional com a vida familiar, com a vida pessoal... Porque as mulheres também têm vida pessoal, têm direito ao lazer. É verdade que usam pouco, têm pouco usufruto desse direito.

É verdade que enfrentamos uma pandemia, é verdade que ela tem que ser enfrentada mas é verdade também que tem tido um impacto terrível e profundamente desproporcional na vida das mulheres. A economia continua a funcionar, com muitas dificuldades, com grandes perdas como nós sabemos, e que terá seguramente, num futuro próximo, consequências muito mais dramáticas do que já tem na realidade ou que já tem hoje, mas as mulheres continuam a trabalhar. E continuam a trabalhar em números elevadíssimos. São elas que estão, como dizia, que estão na linha da frente. Se formos aos hospitais, quem são as pessoas que estão a trabalhar, na maioria? É um setor de mulheres, no essencial. E não estou só a falar das médicas e das enfermeiras. Quem é que mantém os supermercados a funcionar? São, no essencial, as mulheres. Quem é que mantém a educação, no essencial, a funcionar? São as mulheres.

As que estão em teletrabalho estão com uma sobrecarga familiar brutal, estão a trabalhar muito mais horas, estão permanentemente ligadas. Recebemos algumas denúncias, por exemplo de mulheres muito jovens, mães com os filhos em casa, que trabalham, por exemplo, na teleassistência e que estão permanentemente com as

crianças aos gritos e não conseguem, de forma alguma, garantir nem o bem-estar da criança, nem acompanhar a escola em casa, nem efetuar o seu trabalho. Quantas delas não estão a assumir também o cuidado dos seus ascendentes, das pessoas mais idosas, acompanhando os seus pais. Há de facto uma sobrecarga muito grande sobre estas mulheres.

### **Existem diferentes realidades entre as próprias mulheres - negras, com deficiência, lgbt, etc - O MDM tem trabalho sobre isso?**

No que diz respeito às mulheres com deficiência, há várias realidades porque há muitos tipos de deficiências. Há mulheres que têm deficiência e que trabalham, há mulheres que são mães de pessoas com deficiência e que não deixam de também estar no quadro desta realidade e, portanto, preocupa-nos muito o pouco conhecimento. Ou seja, as mulheres imigrantes, as mulheres com deficiência, são as mais invisíveis de todas nós e, portanto, nós não conhecemos, neste momento, a extensão do impacto que isto está a ter nas suas vidas. Mas dou um exemplo muito concreto: as mulheres ciganas: o MDM, neste momento, está a desenvolver com a AMUCIP [Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas] um projeto de educação, no município do Seixal. Trata-se de um projeto de educação formal e informal de mulheres ciganas. Esta era uma oportunidade que estas mulheres estavam a ter de elevar a sua formação e até da sua participação, era um espaço, muito importante. As coisas estão mais ou menos interrompidas... Estamos a encontrar soluções mas não são as mesmas soluções que permitiriam às mulheres desenvolverem a atividade que estava projetada com elas.

---

**“O 8 de Março é um dia que lembra quão frágil, desigual e injusto é, ainda, o estatuto das mulheres na sociedade.”**

---

### **A mediatização do discurso da extrema-direita contra as mulheres e contra as camadas da população que se estava a referir é uma coisa que vos preocupa?**

Claro que sim. Até porque essa faz parte da nossa matriz. O MDM nasce durante o fascismo, não é? Como costumamos dizer, é herdeiro do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. E, portanto, sabemos bem o que é que o fascismo tem como consequência negativa na vida das mulheres e naquilo que é a definição do estatuto social das mulheres nesse regime. Sabemos bem o que é que o 25 de Abril nos permitiu. O 25 de Abril permitiu às mulheres portuguesas um estatuto de igualdade que não existia e que nunca teve possibilidade de existir durante o fascismo. Portanto, a matriz do MDM é profundamente antifascista. E nós estamos a assistir a um processo — que não dizemos que é novo, por cá sempre andou — mas neste momento salta das pedras, perdeu toda a vergonha, procura muscular, integra-se em estruturas importantes da sociedade e vai ganhando, naturalmente, eu não diria força, mas expressão à medida em que também muita comunicação social o leva ao colo. Se vir bem, em 2015 — é preciso ter cuidado porque eu não quero chamar fascistas a estes senhores porque

não é disso que se trata — na altura da intervenção da troika, a última lei a ser aprovada pelo governo de Passos Coelho, às sete da tarde, no último momento da legislatura, foi a lei que retirou — momentaneamente mas retirou — às mulheres o direito à interrupção voluntária da gravidez, tal como nós lutámos durante tantos anos para ter. E, portanto, esta direita nunca aceitou e nunca perdeu aquilo que foram as conquistas das mulheres.

### **Algo curioso, é o facto de a prostituição ter sido amplamente tolerada durante o fascismo e, simultaneamente, haver grupos que defendem que a prostituição é uma forma de trabalho e que deve ser liberalizada. Como é que isto é compatível?**

Não é compatível, como é óbvio.

### **Prostituição não é trabalho?**

Não, prostituição não é trabalho, embora o neoliberalismo nos queira fazer acreditar que tudo em que existe uma troca de dinheiro entre as pessoas se transformou em trabalho. Ora, eu creio que também se fez um longo percurso da expressão de luta dos trabalhadores para que existisse uma definição muito clara daquilo que é trabalho. E não é preciso ir muito longe, basta usar aquilo que é a própria definição da Organização Internacional do Trabalho para sabermos que, naturalmente, a prostituição não é um trabalho, nem decente nem digno para ninguém.

### **Qual é a importância de celebrar o 8 de Março?**

Nós costumamos dizer que o 8 de Março não é um dia qualquer porque é um dia que se reveste de atualidade. Se nós olharmos para aquilo que eram as reivindicações de há cento e tal anos, elas continuam atuais. E, portanto, o 8 de Março é um dia que lembra quão frágil, desigual e injusto é, ainda, o estatuto das mulheres na sociedade. Para nós é um dia de luta para denunciar as causas e as consequências dessa desigualdade nas nossas vidas e, sobretudo, para apontar caminhos e para fazer exigências. E é também um dia de profunda solidariedade com as mulheres do Saara Ocidental que continuam agora em guerra novamente, a lutar pela autodeterminação, pela independência dos seus povos e dos seus países, com as mulheres da Palestina, com as mulheres que na Polónia continuam a lutar pelo direito à interrupção voluntária da gravidez, por todas as expressões de luta e de resistência das mulheres. Não apenas no que toca aos seus direitos próprios mas também com a luta que desenvolvem, com o contributo que dão para o desenvolvimento dos seus países e para a autodeterminação e independência dos seus povos. Temos conseguido mostrar que é pelo caminho da luta, uma luta que seja organizada, com objetivos muito concretos, que se defende, se garante e se cumprem os direitos das mulheres. Há situações de absoluto terrorismo. Por exemplo, nós tivemos contacto com uma jovem que, numa situação precária, engravidou e lhe foi dito “que pena teres engravidado agora no momento em que te íamos renovar o contrato”. E ela teve de fazer uma opção muito difícil porque tinha outro bebé em casa. E depois de ter tomado essa decisão difícil não lhe renovaram o contrato. E se isto não é violência, é o quê? A violência não é apenas aquela que acontece no contexto de intimidade, entre uma e outra pessoa. Isto é violência institucional, é terrorismo e é muito daquilo que as mulheres estão a viver.

## LISBOA

# Junta de Arroios justifica gradeamento público com “comportamentos desviantes”



A Junta de Freguesia de Arroios anunciou, a 18 de fevereiro, a conclusão da intervenção que visou renovar e aumentar o gradeamento de parte substancial das laterais da escadaria de acesso ao miradouro do Monte Agudo pela Rua da Ilha do Príncipe. O objetivo, segundo o executivo, em comunicado, é melhorar as condições de vedação do espaço, por forma a “evitar comportamentos desviantes e inibir a prática de atos ilícitos, o que possibilitará a todos os residentes e visitantes uma maior segurança, bem como irá promover a tranquilidade, o bem-estar e a saúde dos moradores da zona contígua.” *A Voz do Operário* tentou apurar junto da Junta de Freguesia, concretamente a que comportamentos ilícitos se referem e que queixas teriam motivado a intervenção, mas até à data de fecho da edição não foi

obtida qualquer resposta ao pedido de esclarecimento. Mas as reações ao comunicado e ao resultado da intervenção não parecem unânimes. As motivações da Junta foram mesmo questionadas por vários fregueses e frequentadores do miradouro, nas redes sociais: “Eu moro mesmo aqui ao lado, e tenho pena que tenham vedado isto. O miradouro do Monte Agudo era ainda um espaço verde em que se podia respirar... e não, não há ‘comportamentos desviantes’, escreveu uma moradora num comentário ao comunicado da Junta de Arroios no Facebook. Aí, vários fregueses atestam a segurança do miradouro e clamam pelo acesso público e sem restrições ao espaço. Referem ainda que os eventuais problemas de ruído e segurança não se podem resolver com a manutenção e reforço de gradeamentos. Moradora na

rua de Angola, Cristina Araújo frequenta o miradouro “quando o bom tempo o permite” e diz-se “surpreendida com a decisão” da Junta: “O miradouro é um espaço verde que liga a Penha de França cá abaixo aos Anjos. Já há algum tempo que tem estado fechada a entrada da Ilha do Príncipe. Depois de ver o comunicado da Junta fui verificar e, de facto, a entrada parece passar apenas a ser feita pela Heliodoro Salgado, o que impede a ligação a pé entre as duas colinas.” A moradora tem tentado aceder nas últimas semanas por diversas vezes, “mas nunca encontro o portão da Heliodoro Salgado aberto, quando a Junta diz que está aberto durante a semana até às 20h”. Não sei que tipos de queixas a Junta tem recebido, mas parece-me que limitar o acesso ao espaço público desta maneira, e ainda por cima acusar os fregueses de ‘comportamentos desviantes’, é uma decisão unilateral e um pouco autoritária”, diz. O Monte Agudo é um miradouro natural da cidade, e o projeto que hoje conhecemos data dos anos 50, da autoria do recentemente falecido arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. O parque é atravessado por um largo percurso pedonal que faz a ligação entre a Rua Heliodoro Salgado (Penha de França) e a Rua Ilha do Príncipe (Anjos). O projeto original não instalou qualquer gradeamento ou portão.

Esta é uma discussão que não começou com a intervenção no Monte Agudo: um pouco por toda a cidade se tem assistido à delimitação e vedação, com imposição de restrições horárias ao acesso a espaços e vias públicas. Um dos casos mais debatidos recentemente foi o do Miradouro de Santa Catarina, conhecido como Adamastor, encerrado em julho de 2018 para “obras de requalificação”, seis meses após a abertura vizinha de um hotel de luxo. O miradouro viria a reabrir um ano e meio após o encerramento, delimitado por um gradeamento de dois metros de altura e com horário restrito de acesso, e tem estado fechado durante o confinamento.

## A VOZ do corvo



## Tempo e vacinas

Convidam-se os eventuais leitores destas crónicas a acompanhar o escriba numa espécie de ficção histórica:

Imagine-se que estamos num regime de liberalismo económico total – cada um produz quanto é capaz e vende pelos preços máximos que o mercado consente.

Obviamente vende a quem lhe oferecer mais. Situação que atingirá o exagero exponencial quando se

tratar de produzir e vender um bem escasso ou necessário para o maior número.

Transporte agora o leitor o que acaba de ler para a situação que hoje a humanidade vive:

Uma doença alastra, sem parar, para todo o mundo. Esgotados todos os esforços para a conter, toda a esperança se depositou na descoberta, na produção e na distribuição de uma vacina eficaz, que, dados os investimentos feitos, certamente seria cara e porque inicialmente não havia vacinas para todos, é fácil adivinhar que seriam os que mais pudessem pagar os primeiros a serem vacinados e que os pobres ficariam para últimos ou morreriam.

Não foi este triste quadro que sucedeu na Europa e, portanto, entre nós. Felizmente. Soube a UE adiantar-se à descoberta da vacina e participar na investigação e comprometer antecipadamente a indústria farmacêutica a fornecê-la em quantidades convenientes, logo que aprovado o seu uso, garantindo ao mesmo tempo uma distribuição equitativa pelos povos que por sua vez estabeleceriam prioridades de vacinação adequadas às suas realidades.

Estabeleceu Portugal, em parceria com todos os outros países da UE, critérios de prioridade onde nunca se pergunta a ninguém quais são os seus rendimentos, quanto pode ou não pagar, quanto está disposto a pagar ou quanto quer pagar para passar à frente de quaisquer outros. Olhou-se, isso sim, para a idade, para o estado de saúde, para as profissões que deveriam apresentar maior grau de resiliência ou, seletivamente, aqueles cujos cargos são fundamentais para o funcionamento do país. Todos aqueles que quiserem serão vacinados, quando chegar a sua vez, quando chegar o seu SMS ou a sua carta e é por isso que daqui se lança um Bem Haja – à Europa, à nossa Constituição, solidária e igualitária, e ao nosso Serviço Nacional de Saúde.

Para os que quiserem passar à frente ou buscar furos no instituído, têm a censura e há sanções.

E assim será feito, independentemente de novos condicionantes exigirem novas decisões coletivamente decididas.

Francisco da Silva Dias

## Transportes públicos



# Os insultos e o grande insulto

É com frequência que ouvimos nas televisões e vemos nos jornais rasgados elogios aos trabalhadores dos serviços classificados de essenciais, pelo seu mérito no combate à epidemia da Covid-19. Porém, tudo fica pelas palavras, não tendo qualquer repercussão na forma como eles são tratados nas suas condições laborais, a começar pelos salários.

Entre os grupos de trabalhadores que não cessaram a sua atividade nos locais habituais contam-se os do setor de transportes, porque não há teletrabalho para a condução dos veículos nem para a sua manutenção e sem eles não é possível garantir o funcionamento da economia, mesmo que debilitada.

Para termos noção dos riscos que correm, lembremos que já este ano na linha amarela do Metropolitano de Lisboa houve 27 maquinistas infetados, no total dos 70 afetos aquele serviço. Eram 38,57% mas, apesar das dificuldades, os outros continuaram a trabalhar.

Em contrapartida, também conhecemos o desprezo que existe pelo seu trabalho, de que deixamos alguns exemplos.

Na IP (Infraestruturas de Portugal, fusão das infraestruturas ferroviárias com as estradas), a administração, tendo assinado um acordo coletivo para as empresas do grupo, publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, onde consta o aumento salarial a partir de janeiro de 2020, não o cumpriu.

Na Carris, a proposta da Administração fez uma contraproposta de aumento salarial para 2021 de 10€ por mês, o que corresponde a 33 céntimos por dia.

No Metropolitano de Lisboa, o pretexto apresentado para o aumento zero em 2021 foi a quebra de receitas.

Na CP, a proposta é igualmente aumento zero em 2021.

A compensação pelo mérito é uma autêntica “bazucada” nas condições de vida dos trabalhadores deste setor.

O comportamento do governo e da Câmara de Lisboa no caso da Carris, são o que consideramos um insulto que não deve ser ignorado. Porém, há quem o supere. A empresa ferroviária de transportes de mercadorias MEDWAY não se ficou pela miserável proposta de 33 céntimos por dia. Enviou para casa dos trabalhadores uma carta dirigida aos seus filhos, com elogios aos pais, considerando-os uns heróis.

Eis o grande insulto que não necessita de comentários.

Rego Mendes

## TRABALHO



Jovens também marcaram presença nos protestos.

# Milhares exigem medidas que combatam a crise

A secretária-geral da CGTP defendeu que Portugal não pode “ficar submetido” às restrições da Comissão Europeia no que concerne aos apoios para fazer face à crise, exigindo a mudança das prioridades que “não servem” o país.

Num contexto social cada vez mais difícil, milhares de trabalhadores saíram às ruas em todo o país em protesto no dia 25 de fevereiro numa jornada de luta convocada pela CGTP-IN. De acordo com a central sindical, “os efeitos das medidas desequilibradas que o governo avançou para responder aos problemas económicos e sociais causados pelo surto epidémico, não só não responderam às necessidades e exigências que se colocam, como fragilizaram ainda mais a situação dos trabalhadores”.

Direitos como a contratação coletiva, a segurança no emprego, o direito a horários regulados e a uma conciliação com a vida pessoal e familiar, entre outros, foram algumas das reivindicações ouvidas nas diferentes ações de protesto.

Nem os profissionais de saúde, que combatem a pandemia no coração da batalha sanitária, escapam à precariedade. Vários membros do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses juntaram-se em frente à entrada dos Hospitais da Universidade de Coimbra para denunciar que só naquele distrito são cerca de 200 os profissionais de enfermagem que trabalham com vínculos precários.

Na região de Lisboa, o dia arrancou com um piquete dos trabalhadores da DHL, em Vialonga, com a presença da secretária-geral da CGTP-IN, Isabel Camarinha. Estes trabalhadores não aceitam o que consideram ser “aumentos de miséria”, colocando os salários poucos euros acima do salário mínimo nacional, ao contrário do aumento geral de 90 euros para todos que reivindicam.

Isabel Camarinha seguiu para uma concentração dos trabalhadores da hotelaria, em frente à AHRESP, em Lisboa, setor em que ficaram sem emprego e sem

qualquer apoio social milhares de trabalhadores. Neste protesto exigiu-se a retoma dos processos negociais e o aumento dos salários.

As greves, concentrações e plenários que se multiplicaram por todo o distrito, à imagem do resto do país, confluíram numa manifestação que partiu do Cais do Sodré rumo à Assembleia da República. Mobilizados pelos sindicatos da CGTP-IN, milhares de trabalhadores de diferentes setores profissionais percorreram a distância cumprindo as regras de segurança para exigir respostas políticas diferentes do governo.

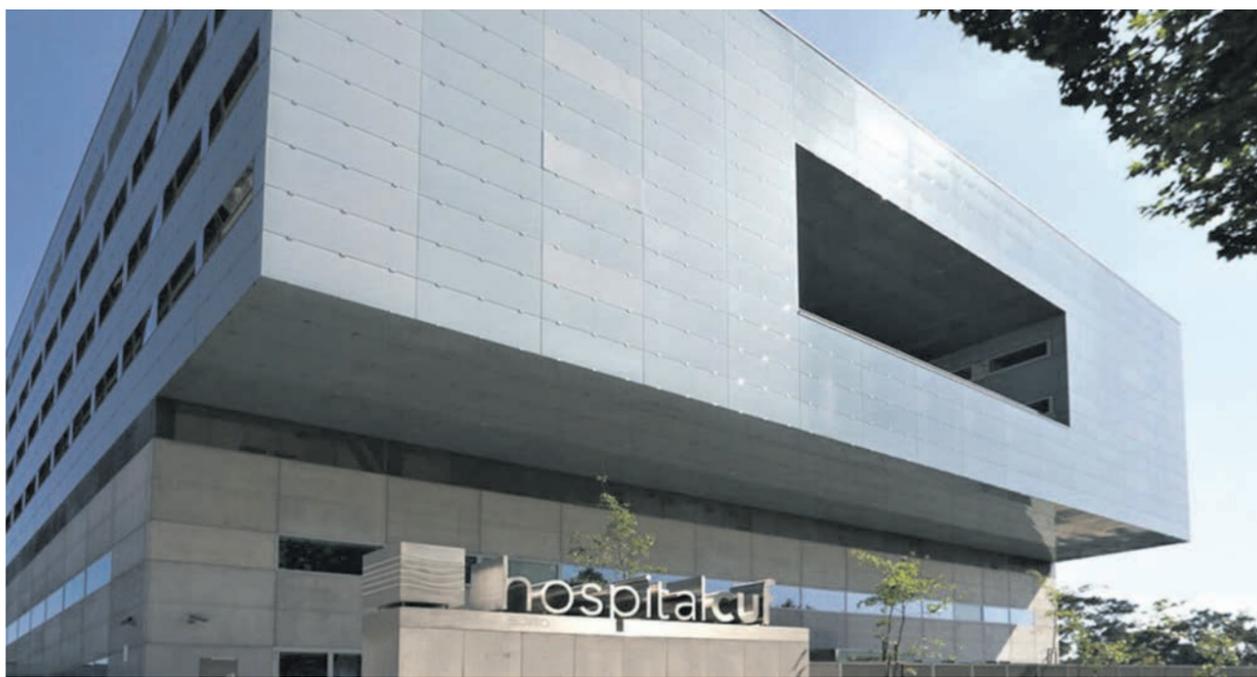
Isabel Camarinha fez um balanço positivo das ações levadas a cabo, referindo que estas tiveram uma “grande participação em todo o país”. A sindicalista adiantou ainda que está previsto um novo conjunto de ações, como a luta dos jovens em 25 de março, em Lisboa e no Porto.

Antes, a secretária-geral da CGTP-IN recordou que “os fundos colocados pela União Europeia para os Estados-membros recuperarem estão sujeitos a condicionamentos [...] e restrições”. Isabel Camarinha entende que o “governo tem que decidir o que é necessário para o desenvolvimento do país e não pode ficar submetido a estas restrições que nos são impostas”, afirmou à Lusa.

De acordo com a sindicalista, não se pode aceitar que os fundos excluam “áreas necessárias e imprescindíveis”, por isso, os trabalhadores “exigem a mudança destas opções de submissão”. Apesar de reconhecer que as medidas levadas a cabo pelo executivo trouxeram “alguma melhoria” para os trabalhadores, a líder da central sindical notou que são ainda insuficientes e, maioritariamente, direcionada para os grandes grupos.

## SAÚDE

# Hospital privado recusa assistência a mulher que caiu dentro do edifício



Com várias lesões teve de ser socorrida por um hospital público.

“Limparam-me a cara e perguntaram-me se tinha seguro. Como disse que não, disseram que só para suturar as feridas teria de pagar 300 euros”, foi assim que Fernanda Campelo, de 46 anos, descreveu ao Correio da Manhã o acidente que teve nas escadas rolantes do Hospital Trofa Saúde, em Valongo. Como resultado da queda ficou com lesões graves na cara, pernas e com um braço partido mas apesar de estar dentro de um hospital privado teve de ser assistida num hospital público.

“Fui com a minha sogra fazer uns exames e nas escadas ela desequilibrou-se. Ao tentar ajudá-la caí de cabeça”, explicou. No hospital privado, fizeram-lhe saber que não tendo seguro teria de receber tratamento noutra parte. Chamaram o marido que aguardava no exterior que acabou por ligar para o 112.

“Chamei o INEM e ela foi levada para o S. João, onde levou mais de 15 pontos na cabeça e foi tratada aos restantes ferimentos”, afirmou Rui Teixeira, marido de Fernanda, que apresentou queixa na GNR contra o hospital. “Não quero indemnizações, só quero justiça. Isto não se faz”, observou.

Para o diretor clínico do Trofa Saúde Alfena, numa publicação no Facebook, a responsabilidade da queda foi a mulher que terá ignorado “os avisos expressos de forma cristalina no sentido de pessoas idosas evitarem as escadas rolantes”, pelo que, frisa, a queda era “mais que previsível”.

“Não resultando de incúria do Hospital, não tendo o doente seguro de saúde ou subsistema financiador, a resposta clara, na lógica de qualquer privado, é: terá de ser o próprio [a pagar]”, alegou José Carlos Vilarinho, numa extensa publicação, intitulada de “Alfena, a Verdade”.

Após o acidente, a mulher foi transportada ao serviço de Urgência e “assistida por dois médicos”. Segundo o médico, teria que ser suturada, fazer um RX ao pulso e, “como teve um traumatismo craniano, será de bom sen-

so fazer TAC cerebral”. Garante que nunca lhe foi negada assistência, mas, “como é lógico”, os curativos teriam custos de 300 euros para as suturas e mais 300 para RX e TAC e Fernanda Campelo “tinha que ser informada” que teria que os pagar.

## Idas ao wc controladas por Grupo Trofa Saúde

Já em janeiro, o Grupo Trofa Saúde, ao qual pertence o Hospital Trofa Saúde, em Valongo, tinha sido denunciado pelas piores razões. As idas à casa de banho dos trabalhadores do call center deste grupo são controladas pela administração, segundo informações reveladas pelo Sindicato dos Trabalhadores de Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte.

“Nesta central de contactos do grupo, os trabalhadores são obrigados a registar no computador que usam um código (WC) quando se deslocam à casa de banho”, pode ler-se no comunicado do sindicato. Segundo a denúncia, a situação “já dura há muito tempo e foi agravada, na semana passada, quando a empresa decidiu afixar no quadro os tempos diários despendidos pelos trabalhadores nas pausas, que inclui pausas para a refeição e pausas para a casa de banho. Viola assim a lei e a Constituição da República Portuguesa”, acrescenta.

O sindicato acusa ainda o grupo privado de saúde de “criar um sistema de banco de horas ilegal”, com funcionários a “trabalharem 10, 12 e mais horas diárias sem pagamento de qualquer trabalho suplementar”, com “salários muito baixos”, “não paga a muitos trabalhadores o subsídio de turno de 15% e não fala com o sindicato, nem participou numa reunião do Ministério do Trabalho requerida pelo sindicato”.

A estrutura sindical já pediu a “intervenção urgente da Autoridade para as Condições de Trabalho”.

## A VOZ dos livros



### Baptista Bastos, e o cristal das palavras

“Não posso perdoar ao fascismo o ter-me sequestrado os sonhos e sonogado a adolescência e a juventude.”  
B-B, in “Diário da Realidade como Simulação”

Havia na cidade, nesses dias largos, mesmo cercados de grades, um território respirável, o Bairro Alto dos jornais, de *O Século*, do *Diário Popular*, do *Diário de Lisboa*, de *A Bola*, esse circunscrito espaço de margens e de afectos, polvilhado de arduas e botecos, de gente miúda, do povão galhofeiro diariamente humilhado e ofendido, a azáfama das redacções, o cheiro a chumbo das tipografias; havia nos jornais, em alguns jornais, uma atmosfera de cumplicidade, um sentido deontológico sem normas de figurino, quase mítico, de urdir as notícias, de reinventar os dias mesmo sabendo que um lápis azul vigiava os textos. Havia jornalistas e escritores que se espalhavam pelos tascos da zona, ou pela Brasileira, a polemizar, a tertuliar, em volta de bejecas ou de um bom tinto com corpo e espírito, sobre o tempo cercado da ditadura, as malfetorias do fascismo, ou de um filme, um novo livro, um poema com farpas de vento que escapara à censura.

O Bastos foi o último representante de um estilo inteiro, lírico e visceral, de paixão sem manhas, de olhar a cidade e de no-la dar a ver nos seus amplos sentidos, com casas, gentes, bairros, vida a fervilhar nas ruas, também as nódoas e o esplendor, a miséria e a luta, a exaltação dos nomes incontornáveis da nossa cultura (Carlos de Oliveira, Redol, Sena, Amália, Saramago), o ranço boçal dos próceres do salazarismo, a ignomínia e a dignidade.

B-B, a dizer-nos que “o jornalismo é uma disciplina superior da literatura” e nós, hoje, sobrepujando as excepções que não impedem o deserto, a ler nos periódicos uma prosa coxa, e pior, manchada de subserviência, rendida aos ditames do capital e das agências que controlam, e tentam impor, o pensamento único.

Tanta tarimba B-B, desde os dezoito anos, tanta noite de banca, tanta conspiração à mesa dos cafés, ou nas tipografias – gente fixe, os tipógrafos! –, tanta miséria recolhida nas ruas da cidade, e que dizer da fome!?, a indignação a vir à pena, a revelar-se na crónica e na prosa luminosa dos seus livros, desde o inicial *O Secreto Adeus*, refinando até ao derradeiro *A Bolsa da Avó Palhaça*, passando por esse belíssimo romance que é *Colina de Cristal*, dorido, nostálgico percurso pelo espaço de Lisboa que o viu nascer.

Domingos Lobo

SOCIEDADE



Mulheres polacas continuam em luta por direitos sexuais e reprodutivos.

# Direitos reprodutivos recuam na Polónia

A eurodeputada Sandra Pereira, do PCP, lidera uma iniciativa de solidariedade com “a luta das mulheres na Polónia e Eslováquia” face aos “retrocessos dos direitos sexuais e reprodutivos, nomeadamente o acesso à interrupção voluntária da gravidez”.

Depois de meses de protestos contra o retrocesso na legislação que enquadra o acesso ao aborto, uma decisão do Tribunal Constitucional polaco, no fim de janeiro, confirmou as restrições contestadas. Em outubro de 2020, o mesmo tribunal tinha decretado que a interrupção da gravidez devido à malformação do feto deveria ser proibida, pondo fim ao mais comum dos poucos procedimentos legais de interrupção voluntária da gravidez que ainda restavam no país, predominantemente católico. Neste momento, o aborto na Polónia só está acessível em casos de violação ou incesto, ou quando a vida da mãe está em perigo.

A atual coordenadora do grupo da Esquerda Unitária Europeia na comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género do Parlamento Europeu dirigiu

cartas às embaixadas da Polónia e da Eslováquia, em Lisboa, para condenar os “retrocessos legislativos” que “atentam contra a salvaguarda da saúde, dos direitos e da dignidade das mulheres, com riscos acrescidos para as mulheres das camadas mais desfavorecidas social e economicamente”.

A decisão de tomar esta iniciativa partiu das várias audições com mulheres polacas. Sandra Pereira explicou à *Voz do Operário* que a ideia correspondeu também ao papel que teve a solidariedade das mulheres estrangeiras com as portuguesas durante a luta pela legalização da interrupção voluntária da gravidez.

“Quando houve aqueles casos em Portugal de perseguição a mulheres e enfermeiras por abortos ilegais também aí houve um reconhecimento internacional, de soli-

dariedade de outras mulheres pela luta das mulheres portuguesas e foi nesse sentido que nos lembrámos de pedir a mulheres portuguesas que se solidarizassem com a luta destas mulheres na Polónia”, explicou a eurodeputada.

O documento que foi entregue nas embaixadas desse país e da Eslováquia recebeu o apoio de mulheres com reconhecida intervenção em diversas áreas como o teatro, literatura, ensino e o mundo sindical, entre outras, chamou também a atenção de imigrantes polacas em Portugal. Para Sandra Pereira, “a resposta foi muito positiva” e teve até o apoio de “uma mulher portuguesa que trabalha na Polónia, na Frontex”.

Já na Eslováquia, as notícias são mais positivas. “Houve uma forte manifestação de mulheres e conseguiu-se que a lei não voltasse atrás. O que estava em causa neste caso era que antes de abortarem as mulheres ouvissem o coração do feto e vissem as imagens, à semelhança do que se quis em Portugal no tempo da troika”, descreveu a eurodeputada.

O crescimento da extrema-direita e a crise pandémica fazem crescer os retrocessos na legislação que garante os direitos das mulheres. São várias as denúncias na Croácia contra a presença de padres nas salas de espera dos hospitais. “Dizem que abortar é pecado, que as mulheres não o devem fazer. Não se percebe se vai haver retrocessos na lei mas na prática já há pressões para que as mulheres se sintam mal ao tomar essa opção”, contou.

## Portugal com menos rastreios

Uma das denúncias em Portugal da coordenadora do grupo da Esquerda Unitária Europeia na comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade de Género do Parlamento Europeu é precisamente o agravamento do acesso a cuidados de saúde. “Estes direitos também não estão a ser garantidos”, assegurou à *Voz do Operário*.

A questão dos rastreios dos cancros da mama, por exemplo, e todo o tipo de diagnósticos que eram feitos de forma regular têm ficado para trás. Para a eurodeputada, isto acontece devido “à atenção dada à covid-19” isto pode ter “consequências muito graves na saúde das mulheres”. Os sistemas públicos de saúde dos vários países “não estão a conseguir dar resposta à questão da saúde sexual e reprodutiva” e recorda os atrasos ou mesmo a suspensão das carrinhas que faziam rastreios no interior do país. “Havia sempre uma ou duas mulheres que acabavam por ser diagnosticadas com alguma doença. Há retrocessos ainda que não estejam na lei.”

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

ANIVERSÁRIO 138º 1883/2021

Pelo que fomos, somos.  
Pelo que somos, seremos

A VOZ DO OPERÁRIO

Antiga Agência Funerária  
Domingos & Diniz  
Gerência de João Natividade

Descontos de 15%  
para sócios de A Voz do Operário

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa  
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa  
T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

## ESPAÑHA



Barcelona. Mural de Cinta Vidal, em solidariedade com o músico catalão.

# Liberdade de expressão em xeque

Multiplicam-se os protestos em toda a Espanha pela libertação do rapper Pablo Hasél, condenado a nove meses de prisão, e centenas de artistas portugueses somaram-se a esta luta pela liberdade de expressão.

**Bruno Amaral de Carvalho**

A 4 de janeiro de 1977, Espanha decidiu acabar com o franquista Tribunal de Ordem Pública, herdeiro do Tribunal Especial para a Repressão da Maçonaria e do Comunismo. No mesmo dia, criou uma instância semelhante com outro nome: Audiência Nacional. Este tribunal superior que se mantém intocável serve para julgar casos de crimes contra a família real, delitos de terrorismo e casos de narcotráfico, entre outros.

Foi precisamente a Audiência Nacional que confirmou a sentença de nove meses de prisão para Pablo Hasél, nome artístico de Pablo Rivadullo Duró, rapper catalão, pelos crimes de “exaltação do terrorismo” e “insulto à monarquia” nas redes sociais e nas letras de algumas das suas canções.

Mas a detenção do músico, que motivou dezenas de protestos diários em vários pontos de Espanha pela sua libertação imediata, não é um deslize de uma democracia que sem querer foi longe demais. É o reflexo da aprovação de leis anti-democráticas como foi o caso da lei orgânica de proteção da segurança cidadã aprovada em 2015, apenas pelos deputados do PP, que ficou conhecida como lei mordaza.

A então nova lei foi criticada até pelo *The Guardian* e um editorial do *The New York Times* instava a Comissão Europeia a condenar a nova lei, citando a relatora

da ONU, Maina Kiai, que também exortou os legisladores espanhóis a revogar esta legislação. O jornal norte-americano afirmou que “esta lei remonta aos piores dias do regime franquista e não é apropriada numa nação democrática”. Tanto a Amnistia Internacional como a Human Rights Watch consideraram a lei uma “ameaça direta aos direitos de reunião pacífica e à liberdade de expressão”.

Pablo Hasél passou a ser o único artista preso em toda a União Europeia por delito de opinião mas não é o primeiro condenado. Também catalão, o rapper Valtònyc ouviu dos tribunais a sentença de três anos de prisão por publicações nas redes sociais. Em 2018, um dia antes da data marcada para a entrada no cárcere, fugiu do país e exilou-se na Bélgica, país onde também estão refugiados vários políticos catalães perseguidos pelos tribunais espanhóis.

O vocalista do grupo Def con Dos, César Strawberry, esteve envolvido durante cinco anos num processo judicial que o poderia ter levado à prisão. A razão foi seis tweets publicados nesta rede social. Chegou a ser condenado a um ano de prisão pelo Supremo Tribunal por apologia do terrorismo mas o Tribunal Constitucional decidiu anular a pena. Contudo, ao espanhol *Público*, o músico mostrou-se indignado pelo calvário por que teve que passar.

“Estava no ramo da música há mais de 25 anos e de repente toda a minha car-

reira foi reduzida a seis tweets que se repetiam uma e outra vez nos meios de comunicação social. Sem contexto nenhuma. Eu estava envolvido numa espécie de circo mediático em que o mais doloroso era o sentimento total e absoluto de injustiça e que me causou muitos danos, muitos problemas na minha vida pessoal e familiar e, claro, na minha vida profissional”, denunciou.

A utilizadora do Twitter, Cassandra Vera, é outra das vítimas deste entramado legal que condiciona a liberdade de expressão. Esta jovem esteve três anos nas barras dos tribunais por uma publicação em que brincou com a morte do antigo chefe do governo fascista e herdeiro político de Franco, Carrero Blanco. Alvo de um atentado da ETA, a magnitude da explosão que fez com que a viatura sobrevoasse um telhado é recordado todos os anos nas redes sociais como a primeira viagem de um espanhol no espaço.

Quando soube da acusação, não queria acreditar. Era muito jovem, não tinha dinheiro e vivia com a irmã. Queria ser professora no ensino e se fosse condenada seria impedida de aceder a qualquer lugar na administração pública. A pena de um ano de prisão anunciada pela Audiência Nacional acabou por ser anulada pelo Supremo Tribunal. No entanto, como César Strawberry, uma das piores recordações era estar no “centro das atenções dos media”. “Não sou artista

nem cantora. Foi uma experiência bastante horrível”, afirmou ao *Público*.

Mas se tanto César Strawberry como Cassandra Vera foram absolvidos não deixa de ser surpreendente que o número de casos judiciais por apologia do terrorismo tenham disparado apesar de a ETA ter abandonado a luta armada em 2011. A lei mordaza foi aprovada em 2015 e em 2016 o *Público* advertia que o número de julgamentos por este delito estavam a quintuplicar.

Apesar de o ministro espanhol da Administração Interna, Fernando Grande-Marlaska, ter anunciado há um ano que o governo tinha como prioridade eliminar a lei mordaza, o facto é que a legislação continua em vigor. A prisão de Pablo Hasél veio recordar ao governo de coligação entre o PSOE, Podemos e Esquerda Unida a urgência de resolver rapidamente o problema.

## Espanha, a Turquia da União Europeia

Espanha é, com França, o país que mais partidos proibiu em democracia, de acordo com a contabilidade de um artigo publicado na *European Constitutional Law Review* em 2017, sob o título *Mapeando a “democracia militante”: Variações nas Práticas de Banimento de Partidos nas Democracias Europeias (1945/2015)*, de Angela K. Bourne e Fernando Casal Bértoa. Mas o país vizinho só alcançou o pódio depois da aprovação da lei de partidos em 2002 pelo PP e pelo PSOE, entre outros partidos, que conduziu à ilegalização de inúmeras formações independentistas bascas.

Esta política de Estado musculado não teve apenas vítimas entre os partidos. Organizações juvenis, meios de comunicação e associações culturais foram proibidos com o objetivo de silenciar o independentismo basco. Em 2012, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) condenou Espanha por não ter investigado suspeitas de tortura contra o diretor do jornal basco *Egunkaria*. Martxelo Otamendi foi agredido violentamente nos genitais, introduziram-lhe um plástico no ânus e asfixiaram-no várias vezes com um saco na cabeça até perder a consciência. Os tribunais espanhóis mostraram-se passivos perante as denúncias do jornalista, acusou o TEDH. Em 2015, saía da prisão Xabier Salutregi depois de sete anos e meio preso pelo crime de ser também diretor e jornalista na publicação *Egin*.

Espanha é, aliás, o país da UE mais visado pelo TEDH por não investigar denúncias de tortura. Em janeiro deste ano, o Estado espanhol foi condenado a pagar 20 mil euros ao independentista basco Ekin Iñigo González Etayo pelo mesmo motivo. Foi décima primeira vez que o tribunal de Estrasburgo condenou Espanha.

## LIVROS

# Livrarias independentes continuam fechadas ao público

Imagens de expositores de livros cobertos com plásticos e fitas proibitivas nas grandes superfícies correram as redes sociais. Em finais de janeiro, o livro estava “confinado”, lamentavam editores e livreiros, devido à proibição da sua venda tanto ao postigo, como em larga escala, em hipermercados e lojas como a FNAC.

Após quatro Estados de Emergência e inúmeros protestos e cartas abertas, tudo ficou praticamente na mesma para as livrarias independentes: o livro continua a não ser considerado “bem essencial”, como pedem livreiros, mas também editores, escritores e leitores.

Mas a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) e a Rede de Livrarias Independentes (RELI) têm reclamado coisas diferentes. A RELI, que junta mais de 100 livrarias em todo o país, reconheceu a inevitabilidade do fecho das livrarias e a proibição da venda ao postigo (que chegou a efetuar-se nos primeiros dias do confinamento), devido à gravidade da situação pandémica, e pediu apoios ao Governo. Já a APEL, que junta editores e pouco mais de 20 livreiros, entre eles os grandes grupos Bertrand/Círculo de Leitores e Leya, recusou-se a discutir com o Ministério da Cultura, e exigiu que os livros pudessem ser vendidos em grandes superfícies. “Se as livrarias independentes preferirem ficar fechadas e receber os apoios do Estado, porque acham que não vão ter público, não é lícito que obriguem os outros a fechar”, disse então ao “Público”, o vice-presidente da APEL e diretor da Leya, Pedro Sobral.

Entre avanços e recuos, António Costa acabava por revelar, a 11 de fevereiro, que o Presidente da República “proibiu-nos de proibir” a venda de livros, for-

çando o Governo a permitir a sua comercialização. Mas não todos os livros em toda a parte: livros podem ser vendidos em hipermercados, bombas de gasolina, estações dos CTT, lojas de eletrodomésticos e eletrónica, papelarias ou livrarias, desde que estas vendam também jornais ou material escolar. Isto significa que estão expostos e à venda no Continente, na FNAC ou em algumas livrarias, como as da rede Bertrand, mas o decreto exclui livrarias independentes por não venderem jornais ou material escolar.

A RELI reagiu dizendo que estas medidas beneficiam “os grandes grupos de distribuição, permitindo-lhes juntar a venda de umas centenas de títulos de livros mais comerciais à de outros produtos essenciais”. Joaquim Gonçalves, livreiro na A das Artes, em Sines, e presidente da assembleia-geral da RELI, disse à A Voz do Operário que esta medida “é uma discriminação e concorrência desleal: é o Governo e, nomeadamente, o Presidente da República a vergar-se aos poderosos”. Explicando o que mudou entre janeiro e fevereiro, Gonçalves acusa a APEL “que representa cerca de 20 livrarias e a esmagadora maioria dos grandes grupos editoriais” de “conseguir convencer o Presidente a que se vendessem livros” nas grandes superfícies. E critica a “redação subjetiva do decreto” quando refere “livros e materiais escolares” (em que “escolares” se referiria apenas a materiais ou também a livros), dando azo a esta situação insólita: “O que acontece é que os livros só não se podem vender nas livrarias. Como se os medicamentos prescritos pelo médico não se pudessem vender nas farmácias, mas apenas nos hipermercados.”

O 12.º Estado de Emergência, aprovado poucos antes do fecho deste jornal, deixa tudo na mesma: só as



livrarias não podem vender livros. A RELI lembra que, apesar de fisicamente fechadas, as livrarias continuam disponíveis: “Ainda hoje vou mandar um livro para Viçeu e outro para a Lourinhã”, diz Joaquim Gonçalves. Nas livrarias independentes os livros continuam a poder ser encomendados por telefone ou por email, sendo esta a única forma de se manterem à tona e de continuarem a fazer chegar os seus livros aos seus leitores.

## Sugestões culturais

### Samba de Guerrilha

Luca Argel



O artista brasileiro Luca Argel lança o seu quarto álbum a solo, onde, através de versões de vários sambas, mais ou menos conhecidos, vira “o disco”, expondo o lado B da história do Samba, lembrando os “protagonistas esquecidos”, os episódios de luta contra a escravatura e a ditadura militar e os resistentes anti-racistas. O resultado musical traz-nos um samba novo, que eletrifica os seus ritmos mais tradicionais.

### 100 Anos de Luta ao Serviço do Povo e da Pátria pela Democracia e o Socialismo



Neste março, pela celebração do 100.º aniversário do PCP, as Edições Avante! publicam o livro que reúne esta história, que começou a 6 de Março de 1921 e chega à atualidade. “São 100 anos de vida e de luta de um Partido que, orgulhoso da sua história e aprendendo com a sua própria experiência e a do movimento comunista e revolucionário internacional, assume com determinação e confiança as exigências da actualidade e do futuro.”

### Youtube dos espaços educativos

A Voz do Operário - Sul



Os espaços educativos d'A Voz do Operário da margem sul estão a criarem um canal YouTube com conteúdos lúdicos e pedagógicos, acessíveis a todos. São disponibilizadas músicas (feitas com a colaboração das crianças) e histórias, bem como jogos e teatro. Pretende-se assim apoiar a prática pedagógica, chegar às crianças com conteúdos de qualidade, auxiliando também os pais na seleção de outras atividades que possam desenvolver.

### Quarentena Cinéfila

Medeia Filmes



Com a continuação do confinamento e da proibição de abertura de espaços culturais, a Medeia Filmes, em colaboração com a Leopardo Filmes, leva a cabo uma programação regular on-line, com duas “sessões” semanais da “Quarentena Cinéfila – Raridades”, que entrará a 1 de Março, levando o cinema à sala dos/as espectadores/as, em streaming gratuito no respetivo site.

## COMUNA DE PARIS



Barricada na esquina do Boulevard Voltaire com a Richard Lenoir, durante a Comuna de Paris em 1871.

# Vive la Commune!

Foi há 150 anos, no dia 18 de Março de 1871, que o Comité Central da Guarda Nacional, perante a infame traição das classes dominantes, decidiu que o povo de Paris tomava “nas suas mãos a direcção dos negócios públicos” e proclamou a Comuna de Paris que seria eleita no dia 26 de Março.

## Manuel Gouveia

O contexto da Comuna é o de mais uma das intermináveis guerras com que as classes dominantes dos diferentes países, à custa da morte, da miséria e do sofrimento dos respectivos povos, fazem a divisão do mundo entre elas. As derrotas francesas levariam ao cerco de Paris pelas tropas alemãs e à fuga do Governo para Versailles. Quando o Governo de Versailles manda destruir os canhões da Guarda Nacional, no quadro da rendição face à Alemanha, a Guarda Nacional, uma milícia popular cujas origens remontam à grande Revolução francesa, subleva-se, com o apoio entusiástico do povo do Paris.

Dois meses depois, a França de Versailles com o apoio da Alemanha e das tropas por esta libertadas, estará a bombardear Paris, a ocupar a capital, a fuzilar e desterrar mais de 100 mil parisienses. Encharcada no sangue do seu próprio povo, essa burguesia mandará erguer a Igreja do Sacré Coeur sobre o último Bairro que combateu pela Comuna, Montmartre. E assim se explica que este espaço religioso, que para o visitante distraído de Paris pode parecer bela, ainda hoje não esteja considerada como Monumento Nacional em França e exista uma forte e organizada resistência popular a que o consigam fazer, como voltou a tentar a burguesia francesa em 2020.

## A Comuna

A Comuna de Paris viveu, os seus pouco mais de 70 dias de existência, cercada e ameaçada, tendo que dar às tarefas de defesa uma inevitável prioridade. Nascida de um impulso colectivo face à provocação, imbuída das mais generosas intenções, mas sem um Programa, uma Direcção ou sequer uma organização, enfrentando uma

correlação de forças completamente desigual, a Comuna ainda assim avançou, e avançou ao assalto do Céu. A Comuna foi a generosa acção colectiva das massas - que vale bem mais que mil programas como sublinhou Lênine - feita de milhares de heróis, de homens e mulheres que colocados pela história perante tarefas impossíveis a elas devotaram toda a vida que lhes restava.

A sua obra, património histórico que nos deixou, será no entanto extraordinária. Declarou a separação entre a Igreja e o Estado e atribuiu um carácter laico à Educação; estabeleceu que a remuneração da Administração e dos próprios membros do Governo fosse a do operário médio; proibiu as multas sobre os trabalhadores e entregou as fábricas abandonadas pelos donos à gestão de quem nelas trabalhava; reconheceu os direitos das mulheres e dos estrangeiros; substituiu a polícia e o exército profissional pelo armamento do povo.

Os de baixo, os netos dos sans-culottes da grande Revolução, que haviam derrubado a monarquia e entregue o poder nas mãos ingratas da burguesia, atreviam-se a começar a construir um Estado seu, dos Trabalhadores, e a colocar como tarefa concreta a construção de uma sociedade sem classes e sem exploradores.

Marx e Engels, e depois Lênine, retirarão do estudo da Comuna, da análise dos seus erros e dos seus feitos, das suas vitórias e derrotas, um poderoso contributo para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores pela sua emancipação, pelo socialismo e o comunismo.

## A Internacional

A letra da Internacional foi escrita por Eugene Pottier, um operário gráfico parisiense, quando fugia da sangrenta repressão que se abateu sobre Paris em Maio de 1871 com o esmagamento da Comuna. Pottier, que já participara na

Primavera dos Povos (os levantamentos de 1848) e ajudara a fundar em 1867 o Sindicato dos Gráficos, era membro da Internacional (da I, da Associação Internacional dos Trabalhadores). Durante o cerco de Paris que antecede a Comuna, foi delegado ao Comité Central da Guarda Nacional e a 26 de Março foi eleito para a Comuna de Paris. Regressado a França em 1879, depois de uma amnistia imposta pela luta popular, continuou politicamente activo e seria enterrado no Cemitério do Père Lachaise, numa massiva manifestação popular, coberto com a bandeira vermelha, que era como o povo de Paris homenageava todos os combatentes da Comuna.

Daqui nasceu aquele que ainda hoje é o hino dos trabalhadores em todo o mundo, e que em Portugal é o Hino da CGTP-IN e de vários partidos. Quando a cantamos, é todo um caminho que percorremos, desde a primeira tentativa de construção de um Estado dos trabalhadores às barricadas onde o defendemos até à morte, ao exílio e aos anos negros da repressão brutal do movimento operário que se lhe seguiram, à reconstrução, apogeu e apodrecimento da II Internacional, ao advento do Estado dos trabalhadores com a Revolução Socialista Soviética e à epopeia que foram os seus 74 anos, às vitórias e avanços que marcaram o século passado, e as amargas derrotas sofridas no seu final, tudo trazendo-nos até o tempo que vivemos.

Um tempo que é preciso saber viver com os pés bem firmes na Terra. E o que nos liga à Terra, é o conhecimento da História – perspectiva, experiência e confiança - e a intervenção sistemática e consequente na realidade concreta da luta de classes - unindo, organizando, resistindo, avançando sempre que possível, lutando sempre.

O mundo em que vivemos exige resposta urgentes. O modo de produção capitalista é hoje o principal travão ao aproveitamento social dos avanços técnico-científicos e da capacidade produtiva instalada. Milhares de milhões de seres humanos vivem com medo vidas precárias enquanto uma ínfima minoria reserva para si própria metade da riqueza do planeta. Oicamos a voz da Paris que há 150 anos morria para defender o nosso direito a sonhar com um futuro melhor: “C’est la lutte finale: Groupons-nous, et demain, L’Internationale sera le genre humain.” [Bem unidos façamos, desta luta final, duma Terra sem amos, a Internacional].